

Pregão Eletrônico N° 90543/2024 (Lei 14.133/2021)
UASG 925373 - SUPERINTEND. ESTAD. DE COMPRAS E LICITAÇÕES-RO
Critério julgamento: Menor Preço / Maior Desconto Modo disputa: Aberto



Disputa Julgamento Habilitação Fase Recursal Adjudicação/ Homologação

11 CLASSIFICAÇÃO DE PRODUTO (MATERIAL)
Sem benefícios ME/EPP
S2 Julgado e habilitado (aguardando adjudicação)

Qtde solicitada: 1
Valor estimado (unitário) R\$ 87.497,8600



Você está visualizando os recursos da 1ª sessão do item

Sessão do Julgamento/Habilitação

Data limite para recursos
22/08/2025
Data limite para decisão
15/09/2025

Data limite para contrarrazões
27/08/2025

Recursos e contrarrazões

26.915.509/0001-58
P. H. B. MATERIAIS PARA CONSTRUCAO LTDA
Recurso: cadastrado

Intenção de recurso

Intenção de recurso do julgamento de propostas registrada às 14:24 de 07/08/2025
Intenção de recurso da habilitação de propostas registrada às 12:56 de 19/08/2025

Recurso

RECURSO ADMINISTRATIVO - PHB X SOLIMOES.pdf 22/08/2025 15:33:54

Contrarrazões

45.919.060/0001-40
SOLIMOES LTDA
Contrarrazão registrada

Decisão do pregoeiro

| | | |
|------|----------------|------------------|
| Nome | Decisão tomada | Data decisão |
| NOME | procede | 10/10/2025 12:11 |

Fundamentação
ATA DE REUNIÃO DE JULGAMENTO DO RECURSO REFERENTE AO PREGÃO ELETRÔNICO N° 90543/2024/SUPEL/RO PROCESSO ADMINISTRATIVO N°: 0009.004523/2024-21/DER-RO OBJETO: Registro de Preços para futura e eventual aquisição de materiais de construção civil (Básico, Elétrico, Hidrossanitário e Cabeamento Estruturado) destinados à execução direta de serviços comuns de engenharia, visando atender às demandas das residências regionais e usinas de asfalto vinculadas ao Departamento de Estradas de Rodagem de Rondônia – DER/RO. A Comissão de Licitação, reunida para fins de julgamento dos recursos administrativos interpostos no âmbito do Pregão supracitado, passa à análise técnica e jurídica do recurso apresentado pela empresa P. H. B. MATERIAIS PARA CONSTRUCAO EIRELI - EPP, o qual recorre contra a decisão que habilitou da empresa SOLIMÕES LTDA no Lote 11 do certame. Após exame minucioso das razões recursais, das contrarrazões apresentadas e dos documentos constantes nos autos, restaram evidenciadas inconsistências que impedem a manutenção da habilitação da empresa SOLIMÕES LTDA, conforme se expõe a seguir: I - DOS FATOS PRELIMINARES 1. A empresa P. H. B. MATERIAIS PARA CONSTRUCAO EIRELI - EPP - CNPJ: 26.915.509/0001-58, tempestivamente, manifestou a intenção de recorrer em campo próprio da plataforma de licitações COMPRAS.GOV (www.gov.br/compras). 2. RECURSO ADMINISTRATIVO – interposto, tempestivamente, pela empresa P. H. B. MATERIAIS PARA CONSTRUCAO EIRELI - EPP, contra o resultado do julgamento da habilitação da Empresa SOLIMÕES LTDA, referente ao PREGÃO ELETRÔNICO N° 90543/2024/SUPEL/RO. 3. CONTRARRAZÕES – apresentado tempestivamente pela empresa SOLIMÕES LTDA, CNPJ: 45.919.060/0001-40 em campo próprio da plataforma de licitações COMPRAS.GOV (www.gov.br/compras). 4. Recurso administrativo com base na Lei Federal nº 14.133 de 1º de abril de 2021. II - DAS FORMALIDADES Cumpridas as formalidades legais, registra-se que foi cientificado as demais licitantes da existência e trâmite do RECURSO ADMINISTRATIVO interposto, conforme comprovam os documentos acostados ao Processo Licitatório retro identificado, divulgado o Recurso (0063928741) na íntegra através da sala eletrônica da sessão pública - plataforma de licitações COMPRASGOV (www.gov.br/compras). Em observância ao princípio da garantia recursal previsto na Lei nº 14.133/2021, notadamente em

seu artigo 165, verifica-se que o recurso interposto atende aos pressupostos legais de legitimidade, sucumbência e tempestividade, conforme documentação constante nos autos. Considerando que as razões recursais foram apresentadas dentro do prazo legal, por meio do sistema Compras.gov, a autoridade competente, à luz do §2º do referido artigo, recebe e conhece dos recursos, por estarem preenchidos os requisitos de admissibilidade, sendo considerados TEMPESTIVOS e interpostos pelo meio adequado, em conformidade com a Lei de Licitações e Contratos Administrativos. III - DAS ALEGAÇÕES DO RECURSO ADMINISTRATIVO (...). 4. MOTIVOS A empresa SOLIMÕES LTDA, classificada para o item 11, apresentou seus documentos de habilitação. No entanto, em análise aos documentos protocolados no sistema, observa-se que os atestados de capacidade técnica são incompletos e incompatíveis com os itens vencidos, comprovando apenas o fornecimento de insumos como brita, areia, cimento, pedrisco, pó de brita e pedra mão. Entretanto, o edital é correspondente a insumos da Tabela SINAPI, agregando materiais elétricos, hidrossanitários e ferramentas. Portanto, não se pode utilizar atestados de brita, areia, cimento, pedrisco, pó de brita e pedra mão como compatíveis aos itens elétricos, hidrossanitários e ferramentas, sendo acima do fornecido pela empresa. Somando ainda a situação, a empresa SOLIMÕES LTDA declara, em seus documentos, que cumpre com a obrigatoriedade legal de reserva de vaga e de cotas para pessoas com deficiência, mas, não comprova tal informação através da certidão junto ao Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). Por fim, apresenta também, balanço patrimonial com uma série de divergências relacionadas a aumentos sucessivos de capital social. 4.1 AUSÊNCIA DE ATESTADOS COMPATÍVEIS COM O EDITAL Entre os documentos de habilitação, a empresa SOLIMÕES LTDA, apresentou atestado de capacidade técnica com fornecimento de insumos como brita, areia, cimento, pedrisco, pó de brita e pedra mão. De acordo com o edital, no item 12.4 a respeito da Qualificação Técnica, é solicitado atestados com a seguinte descrição: 12.4.1. Atestado de Capacidade Técnica (ACT), Notas Fiscais e/ou outros documentos fiscais, fornecidos por pessoa jurídica de direito público ou privado comprovando o desempenho da licitante em fornecimento de materiais/produtos pertinentes e compatíveis em características e quantidade, conforme detalhamento abaixo: I. A comprovação de compatibilidade em CARACTERÍSTICA se dará por meio da apresentação de atestado de capacidade técnica que evidencie que o participante já forneceu material compatível com o objeto. II. A comprovação de QUANTIDADE se dará por meio da apresentação de atestado de capacidade técnica, que evidencie que o licitante já forneceu material compatível com o objeto a partir do percentual mínimo de 10% (dez por cento) do valor estimado do grupo do qual estiver participando. (...) b) Para os grupos 07, 08, 09, 10, 11, 12 - Apresentar documento comprobatório, em sua individualidade ou soma de atestados, compatível em características e quantidade com o fornecimento de material de construção enquadrados na categoria MATERIAL ELÉTRICO, HIDROSSANITÁRIO E FERRAMENTAS, como exemplo: cabos, disjuntores e pontos elétricos; tubos, conexões e peças de utilização hidráulicas e sanitárias; martelo, esquadro, régua de pedreiro, desempenadeira. A quantidade deverá ser comprovada a partir do percentual mínimo de 10% (dez por cento) do valor estimado individual para cada um dos grupos mencionados; e Nota-se, portanto, que o edital é claro em solicitar documentos que comprovem a compatibilidade em características e quantidades, destacando materiais elétrico, hidrossanitário e ferramentas, mas a empresa descumpra em vários itens e novamente no item 11 do processo em destaque, descumprindo o estabelecido no edital e o previsto no Artigo 67, §2º. II da Lei 14.133/2021, o que resulta na sua desclassificação por desatender as cláusulas previstas no instrumento convocatório. Nesse ponto, é importante destacar a importância do Princípio da vinculação ao Edital, que assegura que todas as disposições contidas no edital, que é o documento base de uma licitação, sejam rigorosamente cumpridas tanto pela Administração Pública quanto pelos licitantes. Portanto, este princípio é um dos pilares para a manutenção da moralidade e da legalidade na administração pública. O cumprimento estrito das regras editalícias evita que a Administração Pública aja de maneira discricionária, o que poderia resultar em favorecimentos indevidos ou em prejuízo aos demais participantes do certame. Art. 5º Na aplicação desta Lei, serão observados os princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da eficiência, do interesse público, da probidade administrativa, da igualdade, do planejamento, da transparência, da eficácia, da segregação de funções, da motivação, da vinculação ao edital, do julgamento objetivo, da segurança jurídica, da razoabilidade, da competitividade, da proporcionalidade, da celeridade, da economicidade e do desenvolvimento nacional sustentável, assim como as disposições do Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942 (Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro). Sendo assim, caso seja mantida a habilitação da empresa no processo com tais documentos, há um desrespeito às condições previamente estabelecidas em edital e a Lei de Licitações Nº 14.133/2021 pois sua proposta descumpra as regras de licitação, prejudicando tanto a administração quanto os licitantes participantes do processo, ao qual selecionou com cuidado cada documento para participar do certame. A jurisprudência do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, bem como dos demais Tribunais, entendem que o descumprimento de normas editalícias fere o princípio da vinculação ao Instrumento Convocatório, e consequentemente, recai na desclassificação de licitantes que descumprem o previsto no edital de licitação: Apelação. Mandado de Segurança. Inabilitação. Processo licitatório. Nulidade do contrato. Descumprimento das normas editalícias. Requisitos de qualificação econômico-financeira e capacidade técnica Princípio da vinculação ao edital. Recurso improvido. Impõe-se, pelos princípios da vinculação ao instrumento convocatório e do julgamento objetivo, a desclassificação do licitante que não observou exigência prevista no edital. É nula a homologação e ilegal a contratação de empresa que deixou de cumprir fielmente itens estampados no edital, notadamente quanto à qualificação econômico-financeira e capacidade técnica exigida para sua habilitação não havendo regularidade na documentação exigida, os precedentes judiciais têm mantido as decisões de inabilitação em licitações. APELAÇÃO CÍVEL, Processo nº 7034404- 73.2017.822.0001, Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, 2ª Câmara Especial, Relator (a) do Acórdão: Des. Miguel Monico Neto, Data de julgamento: 31/03/2021. (TJ-RO - AC: 70344047320178220001, Relator: Des. Miguel Monico Neto, Data de Julgamento: 31/03/2021). Apelação. Mandado de segurança. Licitação. Pregão eletrônico. Inabilitação da empresa licitante por ausência de apresentação de atestado de capacidade técnica. Excesso de formalismo. Não configurado. Princípio da vinculação ao instrumento convocatório. Segurança denegada. Decisão mantida. Cabe ao licitante apresentar os documentos tal como lhe são exigidos no edital, quando da apresentação da proposta, conforme se exige de todos os participantes igualmente. Recurso não provido. APELAÇÃO CÍVEL, Processo nº 7000325-22.2023.822.0013, Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, 2ª Câmara Especial, Relator (a) do Acórdão: Des. Hiram Souza Marques, Data de julgamento: 08/11/2023 (TJ-RO - APELAÇÃO CÍVEL: 7000325-22.2023.8.22.0013, Relator: Des. Hiram Souza Marques, Data de Julgamento: 08/11/2023) DIREITO ADMINISTRATIVO E CIVIL. MANDADO DE SEGURANÇA. APELAÇÃO CÍVEL. PREGÃO PRESENCIAL PARA CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE SONORIZAÇÃO E ILUMINAÇÃO. INABILITAÇÃO DE LICITANTE. EXIGÊNCIAS EDITALÍCIAS. OBSERVÂNCIA DOS PRINCÍPIOS DA LEGALIDADE, VINCULAÇÃO AO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO, ISONOMIA, RAZOABILIDADE E PROPORCIONALIDADE. AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DE CAPACIDADE TÉCNICA CONFORME O EDITAL. MANUTENÇÃO DA SENTENÇA QUE DENEGOU A SEGURANÇA. APELAÇÃO CONHECIDA E DESPROVIDA. 1. O edital de licitação, como lei interna que rege o certame, vincula tanto a administração quanto os participantes, devendo as exigências editalícias ser observadas sob pena de comprometimento da isonomia e da seleção da proposta mais vantajosa. 2. A inabilitação do licitante que não atende às exigências de capacitação técnica especificadas no edital está em consonância com o princípio da vinculação ao instrumento convocatório, além de observar os princípios da legalidade, da isonomia, da razoabilidade e da proporcionalidade. 3. Precedentes do TJRN (AC nº 0801478-70.2021.8.20.5133, Des. Virgílio Macêdo, Segunda Câmara Cível, JULGADO em 23/01/2024, PUBLICADO em 23/01/2024). 4. Apelação conhecida e desprovida. ACÓRDÃO Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima nominadas. Acordam os Desembargadores que integram a Segunda Câmara Cível deste Egrégio Tribunal de Justiça, em Turma, por unanimidade de votos, em consonância com o parecer de Dra. Sayonara Café de Melo, Décima Quarta Procuradora de Justiça, Décima Procuradora de Justiça, conhecer e negar provimento ao apelo, mantendo-se a sentença em todos os fundamentos, nos termos do voto do Relator, parte integrante deste. APELAÇÃO CÍVEL. Gab. Des. Virgílio Macêdo na Câmara Cível. Segunda Câmara Cível, julgado em 28/05/2024. Ainda, destaca-se o trecho do item 35.13 do edital: O licitante deverá examinar detidamente as disposições contidas neste Edital e seus documentos complementares, pois o simples registro de proposta financeira junto ao sistema eletrônico de licitação utilizado, submete-a à aceitação incondicional de seus termos, independente de transcrição, bem como representa o conhecimento do objeto em licitação e a observância dos preceitos legais e regulamentares que a regem, não sendo aceita alegação de desconhecimento de qualquer pormenor. Diante disso, torna-se imperativo que Vosso Senhorio, na qualidade de Pregoeiro, promova a inabilitação da empresa SOLIMÕES em razão da não comprovação da qualificação técnica exigida através de atestados compatíveis ao item 11, caracterizando descumprimento do edital. O procedimento licitatório tem um objetivo. É oportunizar, após sua realização, a formalização do contrato entre a Administração e o licitante vencedor. Desta forma, se o conteúdo da proposta, não só quanto ao preço como às demais condições, não permite que, se vencedora, se realize o contrato administrativo, não ingressa na razoável área da competitividade e desatende o essencial objetivo da avença posterior. O art. 173, § 4º, da Constituição, é expresso: "A lei reprimirá o abuso do poder econômico que vise à dominação dos mercados, à eliminação da concorrência e ao aumento arbitrário dos lucros." No final, a Administração obterá ou um objeto de qualidade inferior ou se deparará com problemas muito sérios no tocante à execução do contrato. Essa é a doutrina, de Marçal Justen Filho: "A Administração não pode ignorar as regras legais e editalícias, admitindo como válidas propostas que se configurem como inexequíveis. Antes de tudo, a Administração tem de respeitar o ato convocatório. Se houve explícita referência à inexequibilidade e sobre critérios de desclassificação correspondentes, a Administração não pode ignorar o conteúdo das próprias exigências – especialmente porque uma parcela dos licitantes pode ter respeitado lealmente a disciplina do ato convocatório, não sendo admissível a lesão a seus interesses como decorrência de sua honestidade". 4.2 BALANÇO COM DIVERGENCIAS De acordo com o estabelecido no art. 62 da Lei nº 14.133/21, o balanço patrimonial é um documento necessário para a habilitação. Vejamos: Art. 62. A habilitação é a fase da licitação em que se verifica o conjunto de informações e documentos necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, dividindo-se em: I - jurídica; II - técnica; III - fiscal, social e trabalhista; IV - econômico-financeira. "A habilitação econômico-financeira é útil para comprovar a aptidão econômica do licitante para assumir as obrigações decorrentes da futura contratação, devendo ser apurada de forma objetiva, por meio de coeficientes e índices econômicos previstos no edital, os quais devem estar devidamente justificados no processo licitatório". Ainda, como sendo o principal documento econômico-financeiro de uma empresa, ele apresenta a situação financeira em um determinado momento, incluindo seus ativos, passivos e patrimônio líquido. Além do Balanço, outros documentos importantes são a Demonstração do Resultado do Exercício (DRE), que mostra o desempenho financeiro da empresa ao longo de um período, e a Demonstração do Fluxo de Caixa (DFC), que detalha as entradas e saídas de dinheiro. Veja-se o que estabelece a Lei 14.133/2021 referente a habilitação econômico-financeira: Art. 69. A habilitação econômico-financeira visa a demonstrar a aptidão econômica do licitante para cumprir as obrigações decorrentes do futuro contrato, devendo ser comprovada de forma objetiva, por coeficientes e índices econômicos previstos no edital, devidamente justificados no processo licitatório, e será restrita à apresentação da seguinte documentação: I - balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais; II - certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante. § 1º A critério da Administração, poderá ser exigida declaração, assinada por profissional habilitado da área contábil, que ateste o atendimento pelo licitante dos índices econômicos previstos no edital. § 2º Para o atendimento do disposto no caput deste artigo, é vedada a exigência de valores mínimos de faturamento anterior e de índices de rentabilidade ou lucratividade. § 3º É admitida a exigência da relação dos compromissos assumidos pelo licitante que importem em diminuição de sua capacidade econômico-financeira, excluídas parcelas já executadas de contratos firmados. § 4º A Administração, nas compras para entrega futura e na execução de obras e serviços, poderá estabelecer no edital a exigência de capital mínimo ou de patrimônio líquido mínimo equivalente a até 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação. § 5º É vedada a exigência de índices e valores não usualmente adotados para a avaliação de situação econômico-financeira suficiente para o cumprimento das obrigações decorrentes da licitação. § 6º Os documentos referidos no inciso I do caput deste artigo limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos. Desta forma, considerando os anexos do Balanço, a empresa apresenta inconsistências nos sucessivos aumentos de capital social, omitindo a real situação financeira, além de ter apresentado CNPJ indevidamente como ME, já que, como demonstrado no DRE de 2023, as receitas auferidas pela empresa ultrapassam os 360.000,00 anuais, devendo esta ser reequadrada como EPP na JUCER e na RECEITA FEDERAL desde 2023. Essas informações caracterizam-se como uma possível simulação da integralização em moeda corrente para obter vantagens na licitação.

4.2.1 Inconsistências na demonstração da atual situação financeira De acordo com o item 12.3.2 a respeito da Qualificação Econômica Financeira, é solicitado a apresentação do BALANÇO PATRIMONIAL com demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta. Após análise dos documentos da licitante, observa-se a apresentação de várias alterações do contrato social, com aumentos gradativos do capital social a integralizar e informações não constam no balanço patrimonial. Essa ausência de informações faz com que o coeficiente que retrataria a real condição financeira da empresa padeça de transparência, credibilidade e idoneidade. A simulação de aumento de capital social para fins de licitação é uma conduta extremamente grave e acarreta uma série de implicações legais e contábeis para a empresa. Diante disso, analisamos o Histórico dos Aumentos de Capital Social da SOLIMOES LTDA: (IMAGEM BALANÇO 2023) (IMAGEM BALANÇO 2023, registrado em 11/12/2024) Vejamos as alterações destacadas a seguir, registradas na Junta Comercial do Estado de Rondônia (JUCER/RO). 1. Constituição (05/04/2022): A empresa C S J SERVICOS DE LIMPEZAS LTDA foi constituída com um capital social de R\$ 45.000,00 (quarenta e cinco mil reais), totalmente integralizado em moeda corrente. 2. 2ª Alteração Contratual (30/05/2023): O capital social foi alterado de R\$ 45.000,00 para R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais), com a declaração de que o valor foi "totalmente integralizado neste ato em moeda corrente do país". a. documento inteiro teor ROC2500133503.pdf, 2ª Alteração do Contrato Social, Cláusula Primeira "CAPITAL SOCIAL: Neste ato altera o capital social que era de R\$ 45.000,00 (Quarenta e cinco mil reais). Passando para R\$ 300.000,00 (Trezentos mil reais), totalmente integralizado neste ato em moeda corrente do país." 3. 3ª Alteração Contratual (05/10/2023): O capital social foi elevado de R\$ 300.000,00 para R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais), também com a declaração de integralização em moeda corrente. Nesta mesma alteração, a denominação social mudou para SOLIMOES LTDA. a. documento inteiro teor ROC2500133503.pdf, Terceira Alteração Contratual, Cláusula Segunda "o capital social totalmente integralizado em moeda corrente do país, que é no valor de R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais), fica elevado para 500.000,00 (quinhentos mil reais)... sendo um aumento de 200.000,00 (duzentos mil reais) integralizado neste em moeda corrente do país" 4. 4ª Alteração Contratual (24/11/2023): O capital social subiu de R\$ 500.000,00 para R\$ 800.000,00 (oitocentos mil reais), com a mesma declaração de integralização em moeda corrente. a. documento inteiro teor ROC2500133503.pdf, Quarta Alteração Contratual, Cláusula Primeira "O capital social totalmente integralizado em moeda corrente do país, que é no valor de R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais), fica elevado para 800.000,00 (oitocentos mil reais)... sendo um aumento de 300.000,00 (trezentos mil reais) integralizado neste em moeda corrente do país" 5. 5ª Alteração Contratual (11/04/2025): O capital social foi novamente aumentado de R\$ 800.000,00 para R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais), com a declaração de integralização em moeda corrente. a. documento inteiro teor ROC2500133503.pdf, Sexta Alteração Contratual, Cláusula Primeira "O capital social totalmente integralizado em moeda corrente do país, que é no valor de R\$ 800.000,00 (oitocentos mil reais), fica elevado para R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais). sendo um aumento de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais) integralizado neste em moeda corrente do país" Em todas essas alterações, observa-se um aumento de capital, mas não se observa a integralização de fato. Há, portanto, uma possível simulação de aumento de capital social, caracterizando-se como fraude a licitação. das infrações e SANÇÕES ADMINISTRATIVAS apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato; 9.8. A declaração falsa relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará o licitante às sanções previstas em lei e neste Edital. O Art. 155, inciso VIII, é cristalino ao tipificar como infração administrativa a conduta de "apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato". Diante disto, cabe a administração e seus setores, realizar diligências a respeito dos documentos anexados pela SOLIMOES LTDA, comprovando os fatos e julgando a proposta da empresa como descumprimento do edital e encaminhado para as aplicações conforme edital. Ainda, em conjunto a possível falsidade de documentos, há a apresentação de declaração se identificando como ME. Entretanto, a empresa não se enquadra nesse porte. Desta forma, a apresentação de tais documentos podem ser enquadradas como "atos lesivos" à Administração Pública, nos termos do "Art. 5º, inciso IV, alínea "d", que prevê a "fraudar licitação pública ou contrato dela decorrente". Além disso, a omissão de informações financeiras relevantes pode ser interpretada como uma tentativa de "dificultar atividade de investigação ou fiscalização de órgãos, entidades ou agentes públicos" (Art. 5º, inciso V). Desta forma, sugere-se a INABILITAÇÃO e a abertura de processo punitivo a respeito da possível apresentação de documentos falsos. 4.2.2 Ausência de informações sobre existência de funcionários Cumpre destacar que ao realizar a análise da Demonstração do Resultado do Exercício - DRE, verifica-se a existência de menção a valores a título de salários, remunerações e FGTS, sugerindo que a empresa possui empregados. Contudo, não há registros de valores pagos ou a pagar relacionados ao INSS descontado dos trabalhadores, o que causa estranheza, pois a empresa não era optante do Simples Nacional nos meses de Novembro e Dezembro do Exercício de 2023, conforme informação disponibilizada pela Receita Federal (em anexo), senão vejamos: (IMAGEM informando da situação do SIMPLES) Ocorre que a ausência de tais informações sobre o pagamento dos tributos distorce a demonstração do resultado e a posição patrimonial da empresa durante o exercício de 2023. Veja-se: (IMAGEM diário de 05/04/2022 a 31/12/2022) De pronto, observa-se uma série de "inconsistências" que indicam ter sido omitidas com o propósito de macular os dados contábeis e passar a falsa impressão de boa situação financeira, razão pela qual a inabilitação é medida impositiva. 5 EDITAL E TERMO DE REFERENCIA O Termo de Referência (TR) é parte integrante do edital de licitação. Ele contém informações cruciais sobre o objeto da contratação, especificações técnicas, condições de execução e outros elementos essenciais, que servem como base para a elaboração do edital e vinculam todo o processo licitatório. Portanto, não pode ser considerado apenas alguns trechos da lei, mas todos os critérios para exigência documental. Se a qualificação dos proponentes será realizada de acordo com o estabelecido no art. 62 da Lei nº 14.133/21, todos os critérios do artigo 62 da lei devem ser respeitados e cumpridos, tanto pela administração como pelas empresas participantes do processo. Diante disso, as empresas deixaram de descumprir diversas cláusulas do edital e termo de referência, além dos critérios do art. 62 da Lei nº 14.133/21. 6 DO DEVER DE DILIGÊNCIA DO AGENTE DE CONTRATAÇÃO O agente de contratação desempenha uma função primordial no âmbito do procedimento licitatório, sendo responsável por conduzir a sessão de concorrência pública, zelando pela lisura, transparência e eficiência do certame. Nesse contexto, é negável que o pregoeiro possui o dever de diligenciar, o que significa que ele deve agir com diligência, cautela e prudência ao conduzir o processo de seleção da melhor proposta para a Administração Pública. O dever de diligenciar implica na atuação atenta e cuidadosa do pregoeiro ao longo de toda a sessão de pregão. Dito isto, é ilegal se omitir de suas responsabilidades ou ignorar questões importantes que possam afetar a validade e a legitimidade do procedimento licitatório. Pelo contrário, é essencial que o pregoeiro esteja sempre vigilante, observando com acuidade os atos praticados pelos licitantes, analisando as propostas apresentadas, verificando a conformidade dos documentos e esclarecendo eventuais dúvidas que surjam durante a sessão. A legislação que rege as licitações e contratos administrativos, a Lei nº 14.133/21, confere ao pregoeiro a autoridade para dirigir o procedimento de pregão, garantindo-lhe os meios necessários para tomar decisões e realizar diligências quando necessário. Art. 64. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para: I - complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; II - atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas. § 1º Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de licitação poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado registrado e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação. A recusa do pregoeiro em diligenciar pode levar a graves consequências, tais como a nulidade do procedimento licitatório ou a aplicação de sanções administrativas, em razão da violação dos princípios que regem a contratação pública. A omissão ou a falta de zelo do pregoeiro podem comprometer a competitividade do certame, prejudicar os interesses da Administração e abrir espaço para questionamentos e impugnações por parte dos licitantes. Portanto, é imprescindível que o pregoeiro assuma plenamente seu papel de diligenciar, mostrando-se diligente e atento às peculiaridades de cada licitação, agindo de forma proativa e imparcial na condução do procedimento. O pregoeiro deve estar ciente de sua responsabilidade e atuar de forma ética, responsável e comprometida com o interesse público. Ocorre que, não houve, durante a condução do certame, qualquer diligência por parte do Pregoeiro junto à RECORRIDA para fins de elucidação sobre os graves e evidentes indícios de irregularidades no balanço patrimonial. Nesse sentido, podemos observar o posicionamento sedimentar do Tribunal de Contas da União acerca da necessidade de diligência pelo pregoeiro. Vejamos: Acórdão 830/2018 – Plenário | ANDRÉ DE CARVALHO A diligência também é muito usada para sanear dúvidas em relação às informações dos atestados de capacidade técnica, especialmente porque são documentos produzidos por terceiros, os quais muitas vezes já possuem um padrão de texto para emissão desses documentos. Ao constatar incertezas sobre o cumprimento de disposições legais ou editalícias, especialmente dúvidas que envolvam critérios e atestados que objetivam comprovar a habilitação das empresas em disputa, o responsável pela condução do certame deve promover diligências para aclarar os fatos e confirmar o conteúdo dos documentos que servirão de base para a tomada de decisão da Administração (art. 43, §3º, da Lei 8.666/1993) Depreender-se do entendimento pacificado do Tribunal de Contas da União é dever do pregoeiro diligenciar em casos como este. Outrossim, a RECORRENTE já destacou o posicionamento do TCE/RO em caso semelhante destacando que a conduta omissiva pode gerar a penalização dos agentes públicos envolvidos e a declaração de inidoneidade da licitante envolvida. Por essas razões, depreende-se como primordial a realização de diligências e apuração do cenário ora debatido no presente recurso. 7 DOS PEDIDOS Diante do que foi apresentado de forma concisa, solicita-se o seguinte: a. O recebimento do presente recurso, em seu efeito suspensivo. b. A desclassificação da empresa SOLIMOES LTDA. c. A condução de uma diligência com o propósito de elucidar e comprovar o aporte financeiro realizado, e caso confirmado a irregularidade a instauração de processo punitivo decorrente de ato irregular previsto no Art. 155, IX e X, da Lei n. 14.133/21 e Art. 5º, IV, "d" da Lei Anticorrupção (Lei n. 12.846/13); d. Não alterando a decisão, requer o imediato encaminhamento à Autoridade Superior, para deliberação; e e. Em caso de manutenção da decisão, requer-se, em face do princípio da motivação, a fundamentação jurídica para o aceite dos documentos de habilitação objeto do presente recurso. (...) IV – DAS CONTRARRAZÕES (...) 3. DAS CONTRARRAZÕES AO RECURSO ADMINISTRATIVO INTERPOSTO PELA EMPRESA P.H.B. MATERIAIS PARA CONSTRUÇÃO LTDA. 3.1. DA MANUTENÇÃO DA HABILITAÇÃO DA EMPRESA SOLIMOES LTDA NO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 543/2024 – EMPRESA QUE CUMPRIU INTEGRALMENTE AS REGRAS EDITALÍCIAS – QUALIFICAÇÃO TÉCNICA DEMONSTRADA – OBJETOS DOS ATESTADOS DE CAPACIDADE TÉCNICA QUE GUARDAM ESTRITA SIMILARIDADE COM O LOTE VENCIDO – OBSERVÂNCIA AO PRINCÍPIO DA VINCULAÇÃO AO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO. Após a fase de lances do Pregão Eletrônico nº 90543/2024, realizado pela SUPEL/RO, a empresa SOLIMOES LTDA foi declarada vencedora, por atender integralmente às exigências do edital e aos requisitos legais para execução do objeto licitado. Ocorre que, a empresa recorrente tenta induzir a erro a Sra. Pregoeira, alegando suposto descumprimento da qualificação técnica da empresa recorrida, o que não merece prosperar. Isto porque, a empresa SOLIMOES LTDA apresentou toda a documentação necessária que comprova a sua aptidão técnica. Assim, antes de adentrar ao mérito da questão, é mister abordar a aplicação do princípio da vinculação ao edital. É de notoriedade comum que, dentre os princípios das licitações, o da vinculação da administração ao edital, é regente do certame licitatório, sendo um princípio consagrado no art. 5º da Lei nº 14.133/2021, vejamos: Art. 5º Na aplicação desta Lei, serão observados os princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da eficiência, do interesse público, da probidade administrativa, da igualdade, do planejamento, da transparência, da eficácia, da segregação de funções, da motivação, da vinculação ao edital, do julgamento objetivo, da segurança jurídica, da razoabilidade, da competitividade, da proporcionalidade, da celeridade, da economicidade e do desenvolvimento nacional sustentável, assim como as disposições do Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942 (Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro). (Destacamos). Este princípio assegura a todos os participantes do processo licitatório que as normas estabelecidas no instrumento convocatório sejam estritamente observadas, sob pena de transgressão ao referido princípio da vinculação ao edital. Este postulado preconiza que o edital possui força normativa entre as partes, sendo imperativo que todos os participantes se submetam às disposições ali consignadas, configurando-se como um dos alicerces fundamentais em qualquer procedimento licitatório. Ademais, a Lei nº 14.133/2021 antevê, de forma obrigatória, que o Edital estipule as condições para habilitação na licitação, vejamos o disposto no artigo abaixo reproduzido: Art. 25. O edital deverá conter o objeto da licitação, e as regras relativas à convocação, ao julgamento, à habilitação, aos

recursos e às penalidades da licitação, à fiscalização e à gestão do contrato, à entrega do objeto e às condições de pagamento. Conforme já sabido, à Administração Pública em sua atuação nas licitações, entre outros deveres, impõe-se especificar os requisitos a serem atendidos por licitantes que pretendem contratar com o Poder Público. Por isso, a Lei n.º 14.133/2021, estabelece um rol de exigências de modo a assegurar que seja selecionado um contratante com a capacidade que lhe permita bem desempenhar o objeto licitado. Sendo o Edital a lei interna da licitação, nele devem constar as condições para habilitação dos interessados em participar do processo. A sistemática do ordenamento brasileiro pretende, com essa providência, assegurar a garantia do cumprimento do contrato, nos termos exigidos pela legislação pertinente. Por isso, as condições de habilitação devem estar expressamente previstas no edital de licitação e anexos, o seu instrumento-matriz que, como tal, vincula inteiramente a Administração e os licitantes a seus termos e condições. São essas exigências que permitem assegurar que o objeto do contrato será devidamente atendido pelo licitante vencedor. Trata-se, na verdade, de princípio inerente a toda licitação e que evita não só futuros descumprimentos das normas do edital, mas também o descumprimento de diversos outros princípios atinentes ao certame, tais como o da transparência, da igualdade, da impessoalidade, da publicidade, da moralidade, da probidade administrativa e do julgamento objetivo. Nesse sentido, vale citar a lição de Maria Sylvia Zanella Di Pietro: Trata-se de princípio essencial cuja inobservância enseja nulidade do procedimento. Além de mencionado no art. 3º da Lei n. 8.666/93, ainda tem seu sentido explicitado, segundo o qual "a Administração não pode descumprir as normas e condições do edital, ao qual se acha estritamente vinculada". E o artigo 43, inciso V, ainda exige que o julgamento e classificação das propostas se façam de acordo com os critérios de avaliação constantes do edital. O princípio dirige-se tanto à Administração, como se verifica pelos artigos citados, como aos licitantes, pois estes não podem deixar de atender aos requisitos do instrumento convocatório (edital ou carta-convide); se deixarem de apresentar a documentação exigida, serão considerados inabilitados e receberão de volta, fechado, o envelope-proposta (art. 43, inciso II); se deixarem de atender as exigências concernentes a proposta, serão desclassificados (artigo 48, inciso I). (Destacamos). Quando a Administração estabelece, no edital ou na carta convite, as condições para participar da licitação e as cláusulas essenciais do futuro contrato, os interessados apresentarão suas propostas com base nesses elementos; ora, se for aceita proposta ou celebrado contrato com desrespeito às condições previamente estabelecidas, burlados estarão os princípios da licitação, em especial o da igualdade entre os licitantes, pois aquele que se prendeu aos termos do edital poderá ser prejudicado pela melhor proposta apresentada por outro licitante que os desrespeitou. Também estariam descumpridos os princípios da publicidade, da livre competição e do julgamento objetivo com base em critérios fixados no edital. (DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. Direito Administrativo. 23ª edição – São Paulo: Atlas, 2010) (Destacamos). No mesmo sentido é a lição de José dos Santos Carvalho Filho: A vinculação ao instrumento convocatório é garantia do administrador e dos administrados. Significa que as regras traçadas para o procedimento devem ser fielmente observadas por todos. Se a regra fixada não é respeitada, o procedimento se torna inválido e suscetível de correção na via administrativa ou judicial. O princípio da vinculação tem extrema importância. Por ele, evita-se a alteração de critérios de julgamento, além de dar a certeza aos interessados do que pretende a Administração. E se evita, finalmente, qualquer brecha que provoque violação à moralidade administrativa, à impessoalidade e à probidade administrativa. Se o instrumento de convocação, normalmente o edital tiver falha, pode ser corrigido, desde que oportunamente, mas os licitantes deverão ter conhecimento da alteração e a possibilidade de se amoldarem a ela. Vedado à Administração e aos licitantes é o descumprimento das regras de convocação, deixando de considerar o que nele se exige. (CARVALHO FILHO, José dos Santos. Manual de Direito Administrativo. 26 ed. São Paulo, Atlas. P. 246) (Destacamos). Como se vê, o princípio da vinculação ao instrumento convocatório, ao mesmo tempo em que privilegia a transparência do certame, garantindo a plena observância dos princípios da igualdade, impessoalidade, publicidade, moralidade e probidade administrativa, igualmente preceitua que o julgamento das propostas seja o mais objetivo possível, nos exatos termos das regras previamente estipuladas, perpetuando-se tal vinculação durante toda a execução do contrato. Como bem destaca Fernanda Marinela, o princípio da vinculação ao instrumento convocatório leva à assertiva de que o edital é a lei interna da licitação: Como princípio específico da licitação, tem-se a vinculação ao instrumento convocatório. O instrumento, em regra, é o edital que deve definir tudo que é importante para o certame, não podendo o Administrador exigir nem mais nem menos do que está previsto nele. Por essa razão, é que a doutrina diz que o edital é lei interna da licitação, ficando a ele estritamente vinculada, conforme previsto no art. 41 da lei. (MARINELA DE SOUSA SANTOS, Fernanda. Direito Administrativo. Salvador: Juspodivm, 2006, p. 264) (Destacamos). Como dito anteriormente, o princípio da vinculação ao edital restringe a Administração Pública às regras editalícias, sendo que, no caso em tela, a medida cabível é manutenção da decisão que habilitou a empresa SOLIMÕES LTDA, face ao atendimento de todas as exigências dispostas no edital e seus anexos, conforme será aqui demonstrado. Feito esta importante análise sobre o princípio da vinculação ao Instrumento Convocatório, passemos então à análise do caso concreto. O Edital de Pregão Eletrônico nº 90543/2024 estabeleceu em seu item 12.4., alínea "b", os requisitos para a regular qualificação técnica para o grupo 11, senão vejamos: (IMAGEM item 12.4., alínea "b") Nesse sentido, as exigências mencionadas acima foram atendidas nos exatos termos da Legislação pertinente, bem como, conforme previsão editalícia para cada item. Dessa forma, para melhor compreensão do caso, cumpre analisar o valor do grupo 11, vencido pela empresa SOLIMÕES LTDA, bem como o montante correspondente a 10% (dez por cento) do valor estimado, senão vejamos: (IMAGEM percentual do LOTE 11) Nesse sentido, o valor a ser comprovado pela empresa SOLIMÕES LTDA, seria correspondente a R\$ 8.749,79 (oito mil setecentos e quarenta e nove reais e setenta e nove centavos), o que foi atendido pela recorrida. Isso porque, para fins de comprovação da regular capacidade técnica da empresa vencedora, a Sra. Pregoeira promoveu diligências a fim de que fossem apresentados atestados de capacidade técnica relativos ao fornecimento dos itens do grupo 11. Em resposta, a empresa SOLIMÕES LTDA apresentou 3 (três) atestados, os quais evidenciam de forma inequívoca sua aptidão para o fornecimento dos itens licitados, razão pela qual não merecem acolhida as alegações da empresa P.H.B. Os aludidos atestados, acompanhados de suas notas fiscais, comprovam de forma inequívoca, que os serviços anteriormente executados pela empresa atendem, e até superam, o percentual mínimo de 10% (dez por cento) do valor estimado do lote, conforme previsto no item 12.4 do edital. Além disso, demonstra que a empresa detém plena capacidade e experiência no fornecimento dos materiais exigidos. Portanto, a alegação da empresa recorrente, no sentido de que não teria sido atendido o requisito da qualificação técnica, parte de uma interpretação equivocada das exigências editalícias. A empresa SOLIMÕES LTDA não apenas atendeu a essa exigência, como o fez de maneira clara e transparente, apresentando documentos oficiais (atestados de capacidade técnica e notas fiscais a eles vinculados) que atribuem valor certo às contratações referidas nos atestados. Portanto, a documentação apresentada é plenamente suficiente para comprovar o atendimento ao item 12.4 do Edital, e qualquer interpretação diversa significaria criar exigência não prevista no instrumento convocatório, o que é vedado pela legislação e pela jurisprudência consolidada. Superada a controvérsia acima mencionada, importa destacar que os serviços constantes dos atestados de capacidade técnica apresentados pela empresa SOLIMÕES LTDA evidenciam inequivocamente a aptidão técnica necessária. A empresa sagrou-se vencedora do lote 11 do certame licitatório. O lote 11 refere-se ao fornecimento de materiais enquadrados na categoria de material elétrico, hidrossanitário e ferramentas. No caso em análise, a empresa SOLIMÕES LTDA, em atendimento à diligência realizada, apresentou atestado de capacidade técnica devidamente acompanhado de documentos que comprovam fornecimentos anteriores de insumos da mesma natureza dos previstos no Lote 11. Entre os itens listados, encontram-se caixas d'água, válvulas, tubos de PVC, torneiras, parafusos, conexões, caixas de descarga, pincéis, mangueiras, assentos sanitários, luminárias, cabos de cobre, disjuntores, tomadas e interruptores, todos pertencentes às categorias exigidas pelo edital. Observa-se que tais fornecimentos não apenas guardam compatibilidade em características com os insumos da tabela SINAPI exigidos no Lote 11, mas também em quantidade, visto que o valor global da prestação superou o percentual mínimo de 10% (dez por cento) estabelecido como critério objetivo de comprovação. Ademais, tais documentos provêm de contratações com entes públicos, o que reforça a conformidade da atuação da empresa com os padrões e exigências da Administração Pública. Além disso, a amplitude do rol de materiais fornecidos demonstra que a empresa possui estrutura logística adequada para atender, de forma célere e eficaz, às demandas dos municípios contemplados pelo presente edital (São Miguel do Guaporé, São Francisco do Guaporé e Costa Marques). A experiência concreta em fornecimentos diversificados e de grande abrangência assegura não apenas a capacidade técnica, mas também a confiabilidade e a segurança quanto à execução integral do objeto licitado. Nesse contexto, verifica-se que a habilitação da empresa encontra respaldo não apenas nos documentos apresentados, mas também na interpretação consolidada pelos tribunais, que reforçam a obrigatoriedade de observância das regras editalícias como parâmetro de legalidade do certame. O Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJ/MG), reafirmou o entendimento de que o edital constitui a "lei interna" da licitação, devendo ser rigorosamente observado tanto pela Administração Pública quanto pelos licitantes. A decisão destacou a aplicação do princípio da vinculação ao instrumento convocatório, ressaltando que somente a inobservância às cláusulas editalícias compromete a legalidade do procedimento, senão vejamos: TJ/MG – Julgado em: 23/11/2023. AGRAVO DE INSTRUMENTO - MANDADO DE SEGURANÇA - DIREITO ADMINISTRATIVO - PROCEDIMENTO LICITATÓRIO - VINCULAÇÃO AO INSTRUMENTO. CONVOCATÓRIO. 1 - O edital é a lei interna do procedimento licitatório, sendo imprescindível a observação e cumprimento de seus requisitos. 2 - Tendo em vista o princípio da vinculação ao instrumento convocatório, cabe à Administração Pública e seus administrados procederem aos limites do edital, sob pena de nulidade do procedimento licitatório. (TJ-MG - Agravo de Instrumento: 2006494-04.2023.8.13.0000, Relator.: Des.(a) Jair Varão, Data de Julgamento: 23/11/2023, 3ª CÂMARA CÍVEL, Data de Publicação: 29/11/2023). (Destacamos). Diante do exposto, é possível concluir que a documentação apresentada pela empresa SOLIMÕES LTDA não apenas cumpre os critérios legais e editalícios, como também comprova sua ampla experiência no fornecimento de materiais de natureza técnica compatível com os lotes adjudicados. A tentativa de desqualificação baseada em interpretações restritivas e descoladas da realidade prática e legal não encontra amparo na legislação vigente, tampouco na jurisprudência consolidada. Isto porque, é o entendimento da jurisprudência do Tribunal de Justiça de Rondônia (TJ/RO): TJ/RO – Julgado em: 18/10/2021. Apelação. Ação anulatória. Licitação. Inabilitação. Qualificação técnica. Vinculação ao instrumento convocatório. Exigências não constante no edital e excesso de formalismo. Inovação prejudicial. Impossibilidade. Proposta mais vantajosa. Interesse Público. Recursos não providos. 1. A Administração Pública não pode descumprir as normas legais, tampouco as condições editalícias, tendo em vista o princípio da vinculação ao instrumento convocatório (Lei 8.666/193, art. 41). 2. O excesso de formalismo não deve prevalecer quando a proposta vencedora do certame é aquela que oferece maiores vantagens para o ente público (TJRO n. 7020603-22.2019.822.0001). E mais, STJ, REsp n. 1620661. 3. A qualificação técnica tem por finalidade demonstrar a capacidade dos interessados em fazer frente às exigências do objeto licitado, revelando-se verdadeiro preciosismo, além de ferir o princípio da ampla concorrência, a exclusão de concorrente que evidência, por via idônea, sua qualificação. Precedentes da Corte. 4. Na hipótese, o apelado comprovou a capacidade técnica, de forma que a decisão que inabilitou a empresa se mostra viciada, passível de nulidade. 5. Recursos não providos. (TJ-RO - AC: 700907202208220001 RO 7009072-02.2020.822.0001, Data de Julgamento: 18/10/2021). (Destacamos). Assim, considerando que a documentação apresentada pela empresa SOLIMÕES LTDA é suficiente e adequada para demonstrar sua aptidão técnico-operacional, requer-se o imediato indeferimento do recurso interposto, com a consequente manutenção da habilitação da licitante e da regularidade do julgamento proferido pela Administração, em estrita observância à Lei nº 14.133/2021 e aos princípios que regem o processo licitatório. 3.2. DA MANUTENÇÃO DA HABILITAÇÃO DA EMPRESA SOLIMÕES LTDA NO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90543/2024 – COMPROVAÇÃO REGULAR DA QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA – ATENDIMENTO AOS ITENS 12.3.3, ALÍNEAS "A" E "B" DO EDITAL, E AO TÓPICO DA QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA, ITEM "B" E SEGUINTES DO TERMO DE REFERÊNCIA – EMPRESA QUE SE ENQUADRA COMO ME/EPP – OBSERVÂNCIA AO PRINCÍPIO DA VINCULAÇÃO AO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO. Além das questões acima mencionadas, a empresa recorrente alegou supostos descumprimentos quanto à qualificação econômico-financeira da empresa SOLIMÕES LTDA, o que não merece prosperar. O Edital de Pregão Eletrônico nº 90543/2024, em seu item 12.3., apresenta de forma clara e objetiva os documentos exigidos para a comprovação da qualificação econômico-financeira das licitantes, delimitando o escopo da análise e os parâmetros que devem ser seguidos pela Administração Pública para aferir a aludida qualificação. Especificamente, no item 12.3.3., alíneas "a" e "b", o Edital exige as seguintes demonstrações: (IMAGEM item 12.3.3., alíneas "a" e "b") Primeiramente, importa mencionar que a empresa SOLIMÕES LTDA já atende a alínea "b" do item 12.3.3 do edital, visto que seu patrimônio líquido é de R\$ 2.061.089,60 (dois milhões, sessenta e um mil, oitenta e nove reais e sessenta centavos). Pois bem, nesse sentido, as exigências mencionadas acima foram

atendidas nos exatos termos da Legislação pertinente pela empresa SOLIMOES LTDA, quando esta promoveu a apresentação de seus balanços patrimoniais, sendo corretamente habilitada no certame em questão. Isto porque, o Edital exigiu apresentação de documento de balanço patrimonial como forma de comprovação da qualificação econômico-financeira das licitantes, o que foi inequivocamente apresentado pela empresa recorrida. Não obstante a isso, ressalte-se que os documentos contábeis apresentados pela empresa SOLIMOES LTDA foram produzidos, assinados e registrados nos órgãos competentes, possuindo veracidade e legitimidade em suas informações. A recorrente apenas faz ilações quanto as informações do balanço patrimonial da empresa vencedora, sem, contudo, apresentar qualquer documento técnico ou laudo pericial para comprovar suas alegações. A ausência de comprovação do alegado invalida a pretensão recursal, tornando-a meramente especulativa, protelatória e sem força para desconstituir os elementos de prova válidos já juntados pela empresa. A documentação fiscal e contábil apresentada pela empresa não possui qualquer inconsistência ou irregularidade que possa comprometer sua autenticidade ou veracidade. A empresa SOLIMOES LTDA possui escrituração contábil regular, elaborada por profissional habilitado, com registros arquivados na Junta Comercial, em total conformidade com os artigos 1.179 e seguintes do Código Civil e com as normas da Resolução CFC nº 1.330/11. Ademais, a empresa demonstrou estar em plena atividade, com estrutura operacional compatível com os objetos licitados e com histórico de prestação de serviços ou fornecimento de bens ao setor público e privado. Esse histórico reforça a seriedade com que a licitante conduz seus compromissos contratuais, denotando responsabilidade, experiência e conformidade com a legislação vigente. Trata-se, portanto, de uma empresa idônea e qualificada. Eventuais alegações de inconsistências quanto à integralização de capital social ou qualquer outro requisito técnico ou jurídico devem ser analisadas com cautela e à luz da realidade dos documentos acostados aos autos. A mera alegação sem a devida comprovação ou contraditório não pode servir de base para a exclusão ou desclassificação da licitante, sob pena de se comprometer os princípios da ampla defesa e do devido processo legal. Além disso, não há qualquer elemento que demonstre irregularidade nos documentos acostados pela empresa SOLIMOES LTDA. Pelo contrário, sua proposta atendeu às exigências do edital, apresentando viabilidade técnica e preço compatível com o mercado, assegurando economicidade ao ente público contratante. Assim, a permanência da licitante no certame representa não apenas o cumprimento da legalidade, mas também o respeito à eficiência administrativa. Importa ressaltar que o próprio Edital, em sua redação, não estabeleceu como condição obrigatória a apresentação de atos internos de gestão societária, tais como a comprovação da integralização do capital social. Nesse sentido, não é válido exigir documentos ou provas não previstas no instrumento convocatório. A prática administrativa e jurisprudencial tem reconhecido a necessidade de interpretação restritiva das exigências editalícias, sob pena de violação ao princípio da vinculação ao instrumento convocatório. O Tribunal de Justiça de Rondônia (TJ/RO), afirmou a importância da observância estrita ao edital no âmbito dos procedimentos licitatórios, destacando que o simples inconformismo com o resultado do certame não se presta como fundamento jurídico para a anulação da habilitação de empresa regularmente classificada. No referido julgamento, restou consignado que, uma vez apresentada a proposta mais vantajosa e comprovado o cumprimento integral das exigências editalícias pela empresa vencedora, inexistiu fundamento jurídico para qualquer impugnação ao resultado do certame, conforme se extrai da decisão: TJ/RO – Julgado em: 08/06/2020. Apelação Cível. Mandado de Segurança. Licitação. Serviços de identificação por biometria. Impugnação à habilitação das empresas vencedoras. Declaração de nulidade. Exigências do edital. Cumprimento. Ausência de demonstração de irregularidades. Mero inconformismo. Recurso improvido. Tendo a empresa vencedora apresentado o melhor preço e cumprido todas as exigências do edital, a declaração de nulidade pretendida exigiria um vício insanável, o que de forma alguma é revelado neste feito, logo tenho que se trata de mero inconformismo com o resultado do pregão eletrônico, ausente, portanto, o direito líquido e certo, o que leva a negação da pretensão autoral. (TJ-RO - AC: 70318815420188220001 RO 7031881-54.2018.822.0001, Data de Julgamento: 08/06/2020). (Destacamos). Nesse sentido, o Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJ/MG), reafirmou o entendimento de que o edital constitui a "lei interna" da licitação, devendo ser rigorosamente observado tanto pela Administração Pública quanto pelos licitantes. A decisão destacou a aplicação do princípio da vinculação ao instrumento convocatório, ressaltando que somente a inobservância às cláusulas editalícias compromete a legalidade do procedimento, senão vejamos: TJ/MG – Julgado em: 23/11/2023. AGRAVO DE INSTRUMENTO - MANDADO DE SEGURANÇA - DIREITO ADMINISTRATIVO - PROCEDIMENTO LICITATÓRIO - VINCULAÇÃO AO INSTRUMENTO. CONVOCATÓRIO. 1 - O edital é a lei interna do procedimento licitatório, sendo imprescindível a observância e cumprimento de seus requisitos. 2 - Tendo em vista o princípio da vinculação ao instrumento convocatório, cabe à Administração Pública e seus administrados procederem aos limites do edital, sob pena de nulidade do procedimento licitatório. (TJ-MG - Agravo de Instrumento: 2006494-04.2023.8.13.0000, Relator.: Des.(a) Jair Varão, Data de Julgamento: 23/11/2023, 3ª CÂMARA CÍVEL, Data de Publicação: 29/11/2023). (Destacamos). Ademais, o dispositivo legal dispõe sobre a obrigatoriedade de apresentação de documentos contábeis aptos a demonstrar a boa situação financeira da empresa, como o balanço patrimonial. No entanto, não impõe a apresentação de outras exigências que extrapolem os limites legais, como pretende indevidamente a recorrente no presente certame. Interpretar o artigo de forma a criar exigências não expressamente previstas representa ofensa direta ao princípio da legalidade, insculpido no artigo 37 da Constituição Federal. Assim, qualquer tentativa de desclassificar a licitante com base em suposta ausência dessa comprovação carece de amparo legal e deve ser rejeitada. Vale destacar que a empresa P.H.B. MATERIAIS PARA CONSTRUÇÃO LTDA não é a responsável por criar as regras do processo licitatório, as quais já estão previstas no documento denominado de edital de licitação. Ademais, a empresa ora recorrida encontra-se regularmente enquadrada como ME/EPP, nos termos da Lei Complementar nº 123/2006, usufruindo, portanto, de todos os direitos e prerrogativas decorrentes desse regime jurídico diferenciado. Tal enquadramento foi devidamente registrado na Junta Comercial e está em plena conformidade com os critérios legais estabelecidos, especialmente no que diz respeito ao limite de receita bruta anual previsto no art. 3º da mencionada Lei. No que tange às alegações da empresa recorrente acerca do seu enquadramento perante a Junta Comercial do Estado (JUCER) e a Receita Federal do Brasil (RFB), cumpre esclarecer que a empresa SOLIMOES LTDA não detém competência autônoma para promover, de forma unilateral, alterações em seu regime jurídico nessas instâncias. As informações cadastrais e de enquadramento legal da pessoa jurídica são registradas e controladas por tais órgãos públicos, sendo de sua exclusiva atribuição a atualização, validação e publicidade desses dados, em estrita observância à legislação vigente. Ressalte-se, ainda, que os sistemas da JUCER e da RFB são alimentados a partir de atos oficiais e registros documentais cuja veracidade e regularidade são objeto de controle administrativo. Dessa forma, eventuais divergências ou desatualizações devem ser tratadas no âmbito próprio, não podendo ser imputadas à empresa como ato deliberado ou irregular. No que tange à veracidade das declarações prestadas, a empresa atuou de boa-fé, apresentando documentos verídicos e compatíveis com sua real condição jurídica e fiscal. Em nenhum momento houve omissão dolosa de informações ou apresentação de dados inverídicos com o intuito de obter vantagem indevida em processos licitatórios. As informações constantes nos documentos entregues refletem a realidade fática e contábil da empresa, elaborada por profissionais reconhecidos perante os Conselhos profissionais competentes. Dessa forma, não há que se falar em fraude à licitação, vez que não se configuram os elementos essenciais para sua caracterização, quais sejam: a prática dolosa, o intuito de obter vantagem indevida e o prejuízo à competitividade ou à lisura do certame. A participação da empresa no processo licitatório observou estritamente os princípios que regem a Administração Pública, conforme disposto no art. 37 da Constituição Federal e na Lei nº 14.133/2021. Diante de todo o exposto, conclui-se que a empresa SOLIMOES LTDA comprovou de forma plena, objetiva e tempestiva sua qualificação econômico-financeira, nos termos estritos do edital e da legislação aplicável. Não subsiste, portanto, qualquer razão jurídica ou técnica para a sua inabilitação no certame. 3.3. DA MANUTENÇÃO DA HABILITAÇÃO DA EMPRESA SOLIMOES LTDA NO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90543/2024 – EMPRESA LICITANTE QUE ESTÁ DESOBRIGADA NA CONTRATAÇÃO DE PCD'S E REABILITADOS DA PREVIDÊNCIA SOCIAL – APLICAÇÃO DO PRINCÍPIO DA LEGALIDADE. Em suas razões recursais, a licitante P.H.B. MATERIAIS PARA CONSTRUÇÃO EIRELI EPP tenta desqualificar a empresa SOLIMOES LTDA, alegando suposto descumprimento da obrigatoriedade legal de reserva de cargos para pessoas com deficiência (PCDs) ou reabilitados da Previdência Social, nos termos do art. 93 da Lei nº 8.213/1991. Tal alegação, contudo, não merece prosperar, conforme se demonstra a seguir. A empresa SOLIMOES LTDA encontra-se desobrigada do cumprimento da referida cota legal, vez que não possui 100 (cem) ou mais empregados, condição necessária para a incidência da obrigação legal prevista na legislação de regência. O caput do artigo 93 da referida lei é categórico ao estabelecer que a cota somente se aplica a empresas que possuam no mínimo 100 empregados, senão vejamos: Art. 93. A empresa com 100 (cem) ou mais empregados está obrigada a preencher de 2% (dois por cento) a 5% (cinco por cento) dos seus cargos com beneficiários reabilitados ou pessoas portadoras de deficiência, habilitadas, na seguinte proporção: (Destacamos). Nesse contexto, não se pode exigir da empresa SOLIMOES LTDA o cumprimento de obrigação legal que lhe é inexistente em razão de seu porte e de seu quadro funcional atual, sob pena de afronta ao princípio da legalidade e da vinculação ao instrumento convocatório. Ademais, é imprescindível destacar a aplicação do princípio da vinculação ao instrumento convocatório, insculpido no art. 5º da Lei nº 14.133/2021, segundo o qual a Administração deve observar estritamente as regras e condições estabelecidas no edital do certame. Se o edital não exigiu, de forma expressa, como critério de habilitação, a comprovação do cumprimento da cota de PCD's e reabilitados da Previdência Social para empresas não alcançadas pela obrigação legal, não se pode admitir a ampliação interpretativa para desclassificar empresa que atendeu fielmente aos requisitos editalícios. Ademais, exigir a aludida comprovação para empresas que estão desobrigadas ao cumprimento, seria ilegal. Nesse sentido, cumpre analisar Certidão emitida em 25 de agosto de 2025, através do site oficial2 do Ministério do Trabalho e Emprego – MTE, em relação ao preenchimento das cotas da SOLIMOES LTDA: (IMAGEM certidão MTE) Além disso, quanto à cota de aprendizes, a empresa está igualmente desobrigada, conforme dispõe o art. 56, inciso I, do Decreto nº 9.579/2018, com redação atualizada pelo Decreto nº 11.061/2022, que dispensa microempresas (ME) e empresas de pequeno porte (EPP) da obrigação de contratação de aprendizes, nos termos do art. 51, inciso III, da Lei Complementar nº 123/2006: Art. 56. Ficam dispensadas da contratação de aprendizes: I - as microempresas e as empresas de pequeno porte, nos termos do disposto no inciso III do caput do art. 51 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006; Assim, impõe-se o indeferimento do recurso apresentado pela licitante P.H.B. MATERIAIS PARA CONSTRUÇÃO EIRELI EPP, com a consequente manutenção da habilitação da empresa SOLIMOES LTDA no certame. 4. DOS PEDIDOS E REQUERIMENTOS Diante de todo o exposto e dos sólidos elementos legais, requer-se a Vossa Senhoria: (a) O desprovemento do Recurso Administrativo interposto pela licitante P.H.B. MATERIAIS PARA CONSTRUÇÃO EIRELI EPP, na licitação do Pregão Eletrônico nº 90543/2024 lançado pela Superintendência Estadual de Compras e Licitações – SUPEL/RO, mantendo a habilitação e a classificação da proposta da empresa SOLIMOES LTDA, pelas razões de defesa, princípios norteadores da licitação e da Legislação vigente, nos termos da fundamentação; V - DA DILIGÊNCIA JUNTO A JUCER Em sede de diligência com a Junta Comercial do Estado de Rondônia - JUCER, através do Ofício nº 5700/2025/SUPEL-COOBR Id. (0064020732), que é a Unidade responsável por registrar, organizar, arquivar e regularizar as atividades empresariais no estado, sendo responsável pelo registro de empresas, contratos sociais, alterações contratuais, balanços e a publicidade desses atos, além de realizar a emissão de certidões empresariais e serviço digital Empresa Fácil RO para abertura, alteração e baixa de empresas. Retornado os autos, foram obtidas as informações apresentadas abaixo: A empresa mencionada possui, até a presente data, os seguintes atos registrado nesta autarquia: Constituição; Declaração de enquadramento em microempresa: Seis alterações contratuais e Um Balanço Patrimonial referente ao exercício do ano 2023. Os documentos mencionados encontram-se disponíveis no anexo (0064263990). a) A autenticação de Livros Consta nesta Junta Comercial a autenticação de três livros diários, referentes aos exercícios de: 2022, 2023 e 2024, conforme anexo (0064263992). Esclarecemos que, conforme a Instrução Normativa DREI nº 82/2020, alterada pelas INs nº 55 e 79, a competência da Junta Comercial, limita-se a verificação das formalidades extrínsecas dos dados constantes nos termos de abertura e encerramento do livro. Não compete à Junta Comercial a verificação dos lançamentos contábeis e nem a realização de análise acerca da forma e/ou composição da escrituração. Art. 7º A autenticação dos instrumentos de escrituração consiste na verificação das formalidades extrínsecas dos dados contidos nos termos de abertura e encerramento. § 1º A autenticação dos instrumentos pela Junta Comercial não a responsabiliza pelos fatos e atos neles escriturados, não sendo de competência dos órgãos de registro a análise das formalidades intrínsecas neles contidas. b) Arquivamento do balanço Patrimonial Quanto ao balanço Patrimonial arquivado, esclareço que a Junta Comercial analisa somente os dados cadastrais, conforme disposto na Instrução Normativa DREI nº 1 de 2024: "Seção I-A Do arquivamento de balanço" (NR) "Art. 10-B. Sem prejuízo da obrigação de manter e autenticar os livros contábeis, conforme previsão da Instrução Normativa DREI nº 82, de 19 de fevereiro de 2022, a

critério exclusivo do empresário e das sociedades empresárias, poderá ser arquivado o balanço, que possui a natureza de documento de interesse. § 1º Não compete à Junta Comercial a verificação dos lançamentos contábeis e nem a realização de análise acerca da forma e/ou composição da escrituração. § 2º Para o arquivamento do balanço não é obrigatório que constem todas as demonstrações contábeis, devendo ser arquivado o documento apresentado pelo usuário. § 3º O arquivamento do balanço não responsabiliza a Junta Comercial pelos fatos e atos nele escriturados, não sendo de competência dos órgãos de registro a análise das formalidades intrínsecas nele contidas. § 4º É de competência da Junta Comercial a análise das formalidades legais e extrínsecas, se restringindo à verificação das informações cadastrais, dentre elas a indicação do nome empresarial, do número do CNPJ etc." (NR) c) Aumento do Capital Social Verificou-se que a empresa Solimões LTDA, realizou três alterações de capital social, ocorridas nas seguintes alterações contratuais: 2ª, 3ª e 6ª alteração. Encaminho ainda, no anexo (0064263994) a Certidão Simplificada, na qual constam todas as informações cadastrais da empresa atualizadas, conforme os atos arquivados nesta Junta Comercial. VI - DA ANÁLISE DOS FATOS pela Comissão de Obras - COOBR Trata-se de recurso administrativo interposto pela empresa P. H. B. MATERIAIS PARA CONSTRUCAO EIRELI - EPP, ora recorrente, contra a habilitação da empresa SOLIMOES LTDA pessoa jurídica inscrita no CNPJ sob o nº 45.919.060/0001-40, ora recorrida, para os item 11, deste Pregão 90543/2024/SUPEL/RO. Alega a recorrente, em síntese, que a habilitação da recorrida se deu de forma irregular porque contrariou disposições do próprio Instrumento Regedor do Certeame. Aponta que às referidas irregularidades residem na qualificação econômico-financeira, além dos atestados de capacidade técnica apresentados pela empresa vencedora para os lotes em questão, que não possuem similaridade com o objeto licitado, sustentando a existência de irregularidades materiais e formais que deveriam ter conduzido à sua inabilitação. Para balizar seu argumento, afirma que a recorrida realizou sucessivos aumentos de capital social, sem comprovação de integralização efetiva em moeda corrente, indicando indícios de simulação para obter de vantagens no certame, configurando possível fraude à licitação. No mesmo nort, sustenta que a recorrida se declarou como ME (Microempresa), mas com faturamento superior ao limite legal (R\$ 360 mil/ano), devendo ser enquadrada como EPP. Alegando ainda que apresentação de documentação incompatível com o porte configuraria ato lesivo à Administração. O inconformismo da recorrente recai ainda contra a Demonstração do Resultado do Exercício - DRE referente ao exercício de 2023, alegando inconsistências Trabalhistas e Tributárias, destacando as despesas com salários e FGTS, que não houve comprovação de recolhimento de INSS. Afirmando que essa omissão distorce a real situação financeira da empresa. Acrescenta ainda que o a empresa declarou cumprir as exigências legais de reserva de vagas para pessoas com deficiência, mas não apresentou certidão comprobatória do MTE. Por fim, requer que seja revista a decisão que habilitou a empresa SOLIMÕES LTDA para os item 11. Pois bem! Inicialmente, cumpre salientar que o edital que rege o presente certame estabeleceu, para fins de habilitação econômico-financeira, a obrigatoriedade de apresentação, pelos licitantes, dos balanços patrimoniais e demonstrações financeiras referentes aos dois últimos exercícios sociais, devidamente autenticados ou registrados no órgão competente. Alternativamente, no caso de empresas constituídas há menos de um ano, seria exigido o Balanço de Abertura. Ademais, restou determinado que os documentos deveriam comprovar patrimônio líquido mínimo equivalente a 10% (dez por cento) do valor estimado do item ou lote para o qual o licitante concorresse, em estrita observância às disposições editalícias. No cumprimento de tais exigências, a empresa SOLIMÕES LTDA apresentou os documentos contábeis pertinentes, demonstrando possuir patrimônio líquido de R\$ 342.152,30 (trezentos e quarenta e dois mil, cento e cinquenta e dois reais e trinta centavos) no exercício de 2023 e R\$ 2.061.089,60 (dois milhões, sessenta e um mil, oitenta e nove reais e sessenta centavos) no exercício de 2024, valores superiores ao limite mínimo exigido pelo edital, atendendo, portanto, ao requisito de qualificação econômico-financeira. No tocante à documentação societária, verificou-se a juntada da 6ª Alteração Contratual ids. (0064614904, págs. 5-11, e 0064615410, págs. 39-45), datada de 04 de abril de 2025, mediante a qual o capital social foi majorado de R\$ 800.000,00 (oitocentos mil reais) para R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais), modificação esta que, por sua natureza temporal, somente será refletida no balanço patrimonial do exercício de 2025, a ser apresentado no exercício subsequente (2026). Em análise preliminar, observou-se que a empresa apresentou dois balanços contábeis referentes ao exercício de 2023, sendo o primeiro registrado em 08/05/2024 e o segundo em 12/12/2024. Constatou-se, nesse último, a alteração do capital social de R\$ 45.000,00 para R\$ 800.000,00, sem, contudo, constar nota explicativa que justificasse a modificação. Em razão dessa aparente inconsistência, esta Pregoeira, em sede de diligência complementar, solicitou a apresentação da alteração contratual que formalizou a modificação do capital social, devidamente registrada na Junta Comercial do Estado de Rondônia, conforme consta do Relatório de Diligência sob id. (0064614904). Em resposta, a empresa apresentou a 4ª Alteração Contratual, registrada em 20/11/2023, que efetivou a alteração do capital social para o montante de R\$ 800.000,00, o que justificou a necessidade de retificação das demonstrações contábeis do exercício de 2023, porquanto o primeiro balanço (08/05/2024) ainda refletia o valor anterior de capital. Dessa forma, o segundo balanço (12/12/2024) passou a contemplar o valor atualizado. Após a interposição do recurso administrativo, em nova análise documental, verificou-se que a 2ª Alteração Contratual, registrada em 30/05/2023, fixou o capital social em R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais), declarado como integralizado em moeda corrente nacional. Todavia, o livro diário apresentado não evidencia o registro contábil desse aporte, constando apenas o valor inicial de R\$ 45.000,00 (quarenta e cinco mil reais), datado de 01/01/2023, sob a rubrica "implementação de saldo". Constatou-se, ainda, que o balanço de 2023 indica o capital social como "subscrito", e não como "integralizado", revelando divergência entre os documentos societários e contábeis. Importa esclarecer que o capital subscrito representa o valor que os sócios se comprometem a integralizar, enquanto o capital integralizado corresponde ao montante efetivamente aportado à empresa. Não obstante as inconsistências formais apontadas, impende destacar o princípio da essência sobre a forma, consagrado na doutrina contábil, segundo o qual a substância econômica e financeira deve prevalecer sobre as formalidades meramente documentais. Tais divergências, portanto, indicam possível erro de classificação contábil, conforme orienta a Norma e Procedimento de Contabilidade (NPC) nº 27, que impõe a observância do regime de competência na elaboração das demonstrações financeiras. Consoante o art. 373, inciso I, do Código de Processo Civil, incumbe à parte autora demonstrar os fatos constitutivos de seu direito. No caso vertente, a recorrente não apresentou elementos probatórios concretos capazes de comprovar a alegada fraude contábil, limitando-se a deduzir meras conjecturas acerca de sucessivos aumentos de capital social. Ademais, a verificação da materialidade e autenticidade de aportes de capital extrapola a competência desta Pregoeira, sendo matéria afeta à esfera de auditores independentes, peritos contábeis e órgãos de fiscalização, tais como a Receita Federal e os Conselhos Regionais de Contabilidade. O juízo desta autoridade restringe-se à análise formal da documentação apresentada, conforme as exigências editalícias e os princípios da legalidade e do devido processo administrativo. Cumpre salientar que os documentos contábeis da empresa SOLIMÕES LTDA encontram-se regularmente registrados na Junta Comercial do Estado de Rondônia (JUCER), possuindo, portanto, presunção de autenticidade e veracidade, não sendo possível desconsiderá-los sem prova robusta em contrário. Desse modo, não há nos autos comprovação inequívoca de que o aumento de capital tenha ocorrido de forma fictícia ou irregular, motivo pelo qual não se pode imputar qualquer conduta fraudulenta à licitante com base apenas em indícios ou suposições. Outrossim, destaca-se o princípio da presunção de boa-fé, aplicável à Administração Pública e a seus administrados, segundo o qual a existência de eventual erro formal não configura, por si só, dolo ou má-fé. No que tange à classificação da empresa como Microempresa (ME), a Lei Complementar nº 123/2006 foi instituída com a finalidade de conferir tratamento diferenciado, simplificado e favorecido às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, em consonância com os arts. 170, inciso IX, e 179 da Constituição Federal. O art. 47 da referida norma autoriza a concessão de benefícios e privilégios em licitações públicas, regra esta reproduzida no âmbito estadual pelo Decreto nº 21.675/2017, que regulamenta o tratamento favorecido às ME e EPP nas contratações públicas de bens, serviços e obras. Para tanto, a Lei Complementar nº 123/2006, em seu Art. 3º, §9º e §9-A, explicita a condição de ser ou não enquadrada como microempresa e empresa de pequeno porte, in verbis: Art. 3º Para os efeitos desta Lei Complementar, consideram-se microempresas ou empresas de pequeno porte, a sociedade empresária, a sociedade simples, a empresa individual de responsabilidade limitada e o empresário a que se refere o art. 966 da Lei no 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), devidamente registrados no Registro de Empresas Mercantis ou no Registro Civil de Pessoas Jurídicas, conforme o caso, desde que: (...) II - no caso de empresa de pequeno porte, a fatura, em cada ano-calendário, receita bruta superior a R\$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais) e igual ou inferior a R\$ 4.800.000,00 (quatro milhões e oitocentos mil reais). (...) § 9º A empresa de pequeno porte que, no ano-calendário, exceder o limite de receita bruta anual previsto no inciso II do caput deste artigo fica excluída, no mês subsequente à ocorrência do excesso, do tratamento jurídico diferenciado previsto nesta Lei Complementar, incluído o regime de que trata o art. 12, para todos os efeitos legais, ressalvado o disposto nos §§ 9º-A, 10 e 12. § 9º A. Os efeitos da exclusão prevista no § 9º dar-se-ão no ano-calendário subsequente se o excesso verificado em relação à receita bruta não for superior a 20% (vinte por cento) do limite referido no inciso II do caput. Cumpre inicialmente destacar que, perante a Administração Pública, o enquadramento de uma sociedade empresária como Microempresa (ME) ou Empresa de Pequeno Porte (EPP) decorre de ato declaratório formalizado pela Junta Comercial do Estado de sua sede, mediante requerimento da própria empresa interessada. O procedimento é regulamentado pela Instrução Normativa DNRC nº 103/2007, a qual dispõe sobre o arquivamento da Declaração de Enquadramento de Microempresa e Empresa de Pequeno Porte, bem como da Declaração de Desenquadramento, quando cessadas as condições que autorizavam o benefício. Trata-se, pois, de ato de natureza auto declaratória, praticado sob a responsabilidade exclusiva da empresa requerente, "sob as penas da lei", sujeitando-a às sanções cabíveis em caso de declaração falsa ou omissiva. O referido enquadramento constitui requisito indispensável para a fruição dos benefícios previstos na Lei Complementar nº 123/2006, que instituiu o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte. A mencionada Lei Complementar tem por escopo fomentar o desenvolvimento econômico e a competitividade das pequenas unidades empresariais, assegurando-lhes tratamento diferenciado e simplificado nas contratações públicas, conforme seus arts. 42 a 49. Importante frisar que a legislação não estabelece distinção entre ME e EPP quanto aos benefícios licitatórios, razão pela qual ambos os enquadramentos gozam das mesmas prerrogativas legais. Com as alterações introduzidas pela Lei Complementar nº 147/2014, passou a ser obrigatória, para a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, a realização de licitações exclusivas para MEs e EPPs nos itens cujo valor seja de até R\$ 80.000,00, nos termos do art. 48, inciso I, da LC nº 123/2006. No presente certame, todavia, observa-se que o valor individual dos itens supera o limite legal estabelecido, não se aplicando, portanto, o regime de exclusividade previsto na norma. Dessa forma, a licitação em análise é de ampla participação, permitindo a concorrência de empresas de qualquer porte, sem reserva de cota ou restrição de competitividade. Salienta-se que, para usufruir dos benefícios destinados às MEs e EPPs, a licitante deve declarar, sob as penas da lei, que cumpre os requisitos exigidos pela legislação, sendo de sua exclusiva responsabilidade requerer o desenquadramento quando ultrapassar os limites de faturamento definidos no art. 3º da LC nº 123/2006. Quanto aos limites de receita bruta anual, a legislação estabelece que: a Microempresa (ME) não poderá ultrapassar o valor de R\$ 360.000,00; a Empresa de Pequeno Porte (EPP) não poderá ultrapassar o valor de R\$ 4.800.000,00, considerando o ano-calendário de 1º de janeiro a 31 de dezembro. No caso sob análise, ainda que conste no CNPJ o enquadramento da empresa SOLIMÕES LTDA como Microempresa (ME), verifica-se, a partir da Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) de 2023, que sua receita bruta anual supera o limite legal de R\$ 360.000,00, o que impõe o seu reenquadramento como EPP, nos termos da LC nº 123/2006. Contudo, tal circunstância não acarreta qualquer prejuízo ao certame, uma vez que o tratamento favorecido conferido às MEs e EPPs é idêntico, inexistindo distinção entre ambas para fins de participação em licitação. Além disso, o presente procedimento não é restrito a MEs/EPPs, tampouco há reserva de cota de até 25%, configurando procedimento licitatório de ampla concorrência. Assim, mesmo que seja reconhecida a necessidade de reenquadramento formal da empresa perante a JUCER e a Receita Federal, tal fato não implica vantagem indevida ou prejuízo à Administração Pública, nem enseja inabilitação, pois os benefícios legais da LC nº 123/2006 não foram aplicados ou utilizados no certame em tela. Diante disso, a alegação da recorrente não merece prosperar, eis que eventuais inconsistências formais relativas ao enquadramento não configuram irregularidade substancial capaz de macular o procedimento ou ensejar desclassificação, devendo a Administração observar os princípios da razoabilidade e da proporcionalidade na análise dos documentos. 1. Quanto às alegações sobre inconsistências contábeis e trabalhistas No tocante à suposta ausência de informações relativas ao recolhimento de INSS na DRE de 2023, a recorrente sustenta que a recorrida teria omitido valores referentes às contribuições previdenciárias, o que distorceria sua situação financeira. Cumpre observar que a atuação da Pregoeira deve limitar-se à verificação do cumprimento das exigências editalícias, não lhe competindo proceder a análise técnica ou pericial de natureza contábil e fiscal, a qual incumbe aos órgãos de controle especializados. No

presente caso, verifica-se que a empresa SOLIMÕES LTDA apresentou Balanço Patrimonial e DRE assinados, acompanhados da documentação exigida pelo edital. A recorrente, por sua vez, não comprovou de forma inequívoca qualquer irregularidade material, apresentando inclusive documento referente ao exercício de 2022, o qual não guarda pertinência com o exercício exigido (2023). Ademais, a recorrida comprovou inexistência de débitos tributários, afastando a alegação de inabilitação. Ressalte-se que a verificação fiscal e tributária extrapola a competência da pregoeira, sendo de atribuição exclusiva dos órgãos de fiscalização competentes. 2. Quanto à alegação de descumprimento da cota legal para pessoas com deficiência No que tange à suposta ausência de comprovação do cumprimento da cota legal de pessoas com deficiência, a recorrida apresentou Certidão do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), atestando estar desobrigada de tal exigência. Referida condição foi confirmada por esta Pregoeira mediante diligência formal, comprovada pela Certidão MTE id. (0065260355), emitida diretamente no portal do Ministério. Cumpre registrar que o edital não exige a apresentação de certidão do MTE como condição de habilitação. O item 12.4.1.1, alínea "c", limita-se a requerer declaração de cumprimento das exigências legais, o que foi devidamente atendido pela empresa tanto no sistema Compras.gov quanto por meio de documento físico id. (0061952943). Assim, as alegações da recorrente não encontram respaldo fático ou jurídico, uma vez que todos os requisitos editalícios foram observados pela recorrida. 3. Quanto à alegação de ausência de diligência da Pregoeira No tocante à alegação de que a Pregoeira teria se omitido em realizar diligências para elucidar eventuais irregularidades contábeis, destaca-se que tal afirmação não procede. Conforme consta dos autos, foi efetivamente realizada diligência durante a sessão pública, devidamente registrada no Relatório de Diligência id. (0062052502), em conformidade com o art. 64 da Lei nº 14.133/2021, que confere ao pregoeiro a prerrogativa de solicitar esclarecimentos e complementações de documentos. A pregoeira, agindo com zelo e observância aos princípios da legalidade, moralidade, transparência e eficiência, requisiu a apresentação da alteração contratual registrada na JUCER, relativa à modificação do capital social, demonstrando atuação diligente e regular. 4. Quanto à verificação junto à Junta Comercial - JUCER Em reanálise dos documentos apresentados, constatou-se que o Balanço Patrimonial do exercício de 2024 continha apenas o protocolo nº 250255456, de 23/05/2025, sem código de verificação. Diante dessa dúvida quanto à autenticidade, esta Superintendência Estadual de Licitações - SUPEL expediu o Ofício nº 5700/2025/SUPEL-COOBR id. (0064020732), em 09 de setembro de 2025, solicitando à JUCER a confirmação da validade e do registro dos balanços referentes aos exercícios de 2023 e 2024. A JUCER, por meio do Ofício nº 1380/2025/JUCER-GAB id. (0064614904), datado de 11 de setembro de 2025, informou que a empresa SOLIMÕES LTDA possuía registro apenas do balanço relativo ao exercício de 2023, não havendo registro do exercício de 2024, ainda que o documento tenha sido devidamente protocolado. O item 12.3 do Edital estabelece expressamente que: 12.3. DA QUALIFICAÇÃO ECONÔMICA FINANCEIRA 12.3.1. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor central do Fórum da sede da empresa Licitante, com data não anterior a 90 (noventa) dias antes da data de apresentação dos Documentos de Habilitação quando não determinado no corpo da certidão. 12.3.1.1. Será permitida a participação de empresas em recuperação judicial, desde que apresentem plano de recuperação devidamente homologado pelo Juízo competente, em conformidade com a Orientação Administrativa 02 da Procuradoria Geral do Estado de Rondônia (Portaria nº 346 de 30 de julho de 2024). A documentação comprobatória deverá ser anexada à proposta, sob pena de inabilitação. 12.3.2. Para comprovar a boa situação financeira da LICITANTE, essa deverá apresentar o BALANÇO PATRIMONIAL com demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta; Verifica-se que o documento contábil apresentado pela empresa recorrida não atende às formalidades legais exigidas pelo Código Civil nem às condições estabelecidas no Instrumento Convocatório, uma vez que o Balanço Patrimonial referente ao exercício de 2024 não se encontra regularmente registrado na Junta Comercial do Estado de Rondônia – JUCER, requisito essencial para a comprovação da qualificação econômico-financeira da licitante. Ressalta-se que o registro do Balanço Patrimonial na Junta Comercial constitui ato formal indispensável à validade do documento, conforme preceituam os arts. 1.150 e seguintes do Código Civil, bem como representa garantia de autenticidade e publicidade das demonstrações contábeis apresentadas. Sua ausência compromete a verificação da situação econômico-financeira da empresa, em afronta direta ao princípio da vinculação ao instrumento convocatório, que impõe à Administração o dever de observar rigorosamente as regras e condições previamente estabelecidas no edital. Atestados de Capacidade Técnica Após análise, verificou-se que os atestados de capacidade técnica apresentados não comprovavam o fornecimento de materiais suficientes e compatíveis com o objeto licitado, contrariando o item 12.4.1 do Edital, que exige demonstração de fornecimento de materiais pertinentes e compatíveis em características e quantidade com o objeto do grupo, no entanto, a Empresa encaminhou notas fiscais, que também são meios de comprovação de fornecimento, onde estas, supririam então a necessidade para o referido lote. Os documentos apresentados, inicialmente limitavam-se apenas ao fornecimento de brita, areia, cimento, pedrisco, pó de brita e pedra mão, existindo ainda atestados que não mencionavam de forma detalhada os itens exigidos no LOTE 11, não contemplando materiais elétricos, hidrossanitários e ferramentas, no entanto, ao anunciar na sessão que a referida empresa seria DESCLASSIFICADA, a empresa informou que os atestados que não faziam menção dos objetos atestados, eram relacionados ao referido lote, e que poderia estar enviando como documentos complementar, a referida nota fiscal ora mencionada nos atestados em questão. Diante dos fatos, foi realizada a devida diligência para a juntada das referidas notas fiscais como documentos complementares aos atestados de capacidade técnica apresentados, comprovando, desta forma, a qualificação técnica para o item em específico. Não obstante, os fatos alegados no recurso apresentado, não contemplam apenas aos atestados, devendo ser apreciado todo o contexto do referido recurso, o que passamos então, a apresentar o julgamento conforme o caso requer. Por fim, considerando o descumprimento do item 12.3.2 do Edital, que exige a apresentação de Balanço Patrimonial devidamente registrado na Junta Comercial, e tendo em vista a impossibilidade de convalidação posterior de irregularidade dessa natureza sem prejuízo à isonomia entre as licitantes, decido pela INABILITAÇÃO da empresa SOLIMÕES LTDA, por inobservância das exigências editalícias relativas à habilitação econômico-financeira. Assim, conclui-se pela inabilitação da empresa SOLIMÕES, com a consequente convocação da empresa subsequente classificada, a fim de resguardar a observância das normas editalícias e a lisura do procedimento licitatório. A presente decisão reflete o dever de estrita observância à legalidade e à vinculação ao edital, reafirmando o compromisso desta Administração com os princípios da moralidade, isonomia, impessoalidade e segurança jurídica que norteiam os procedimentos licitatórios. Cumpre salientar que a apresentação posterior de documentos substitutivos ou retificadores não seria admissível, sob pena de violação ao princípio da igualdade entre os concorrentes e comprometimento da integridade do certame, razão pela qual a irregularidade constatada não comporta saneamento. Por conseguinte, o exercício do princípio da autotutela administrativa revela-se medida necessária e legítima, nos termos das Súmulas 346 e 473 do Supremo Tribunal Federal, segundo as quais a Administração Pública tem o poder-dever de anular seus próprios atos quando eivados de ilegalidade, independentemente de provocação judicial, preservando a lisura, a transparência e o interesse público. Tal princípio possui previsão em duas súmulas do STF, a 346, que estabelece que "A Administração Pública pode declarar a nulidade dos seus próprios atos", e 473, que dispõe o seguinte: Súmula nº 473: A Administração pode anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornam ilegais, porque deles não se originam direitos; ou revoga-los, por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos, e ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial. E ainda, conforme consta no art. 53 da Lei 9.784/99: "A Administração deve anular seus próprios atos, quando eivados de vício de legalidade, e pode revogá-los por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos." A autotutela administrativa configura prerrogativa inerente ao Poder Público, compreendendo dois aspectos distintos de sua atuação: a) Legalidade: corresponde à faculdade - dever da Administração de promover, de ofício ou mediante provocação, a anulação de atos administrativos eivados de ilegalidade, em observância aos princípios da legalidade e da moralidade; b) Mérito: refere-se ao poder de reexaminar atos válidos quanto à conveniência e à oportunidade de sua manutenção, modificação ou revogação, conforme o interesse público. No que tange ao aspecto da legalidade, a Lei nº 9.784/1999, que regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal e é aplicada subsidiariamente aos entes estaduais e municipais, estabelece que a Administração deve anular seus próprios atos quando ilegais, independentemente de provocação externa. Trata-se, portanto, de poder - dever de autotutela, consagrado também nas Súmulas nº 346 e nº 473 do Supremo Tribunal Federal, que atribuem à Administração a competência para anular atos ilegais e revogar aqueles que se tornem inconvenientes ou inoportunos. No presente caso, os argumentos apresentados pelas recorrentes demonstraram-se juridicamente relevantes, apresentando fundamentos suficientes para ensejar a reavaliação da decisão anteriormente proferida por esta Pregoeira no âmbito do certame em epígrafe. Em análise minuciosa dos autos e dos documentos acostados, verificou-se que a empresa recorrida não atende integralmente às exigências editalícias, o que impõe a necessidade de revisão do ato de habilitação anteriormente proferido, a fim de restabelecer a legalidade e a isonomia entre as licitantes. Assim, constatado vício apto a ensejar a nulidade parcial do ato administrativo, impõe-se o seu saneamento mediante a reformulação da decisão, em estrita observância ao princípio da autotutela. Dessa forma, diante dos fatos e fundamentos expostos, prolata-se a decisão a seguir delineada. VII – DA DECISÃO Diante de todo o exposto, e com fundamento nas razões de fato e de direito acima delineadas, esta Pregoeira, amparada na documentação constante dos autos, nas regras do Edital e na legislação aplicável à espécie, delibera pelo recebimento dos recursos interpostos, considerando-os tempestivos. No mérito, após análise detida das questões suscitadas, e em estrita observância aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, supremacia do interesse público, probidade administrativa, igualdade, transparência, eficácia, motivação, segurança jurídica, razoabilidade, proporcionalidade, competitividade, economicidade, desenvolvimento nacional sustentável, vinculação ao instrumento convocatório e julgamento objetivo, esta Pregoeira julga PARCIALMENTE PROCEDENTE o recurso interposto pela empresa P. H. B. MATERIAIS PARA CONSTRUCAO EIRELI - EPP, referente aos item 11, REFORMANDO-SE, em consequência, a decisão que havia habilitado a empresa SOLIMÕES LTDA nos referidos itens. Assim, restam preservados os princípios da legalidade e da isonomia, reafirmando o compromisso desta Administração com a lisura, transparência e integridade do processo licitatório. Porto Velho, 06 de outubro de 2025. ERALDA ETRA MARIA LESSA Pregoeira COOBR/SUPEL-RO